

# Ademilar Administradora de Consórcios S.A.

CNPJ: 84.911.098/0001-29 - Curitiba - PR

## Demonstrações Financeiras do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2016

### Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

ATIVO	R\$ Mil		Passivo e Patrimônio Líquido	
	2017	2016	R\$ Mil	
Circulante	7.899	7.730	2017	2016
Disponibilidades	127	73	Circulante	4.482
Títulos e Valores Mobiliários	5.948	6.400	Outras Obrigações	4.482
Carteira Própria	5.948	6.400	Fiscais e Previdenciárias	913
Outros Créditos	1.824	1.257	Diversas	3.569
Rendas a Receber	271	286	Exigível a Longo Prazo	2.896
Diversos	1.553	971	Outras Obrigações	2.896
Realizável a Longo Prazo	3.255	4.034	Fiscais e Previdenciárias	90
Outros Créditos	3.255	4.034	Diversos	2.806
Valores Específicos	2.153	2.721	Patrimônio Líquido	11.295
Diversos	1.102	1.313	Capital	2.407
Permanente	7.519	7.151	De Domiciliados no País	2.407
Investimentos	2.513	2.402	Reserva de Reavaliação	284
Outros Investimentos	2.513	2.402	Reserva Legal	481
Imobilizado de Uso	5.006	4.749	Lucros ou Prejuízos Acumulados	8.123
Imóveis de Uso	2.367	2.367	Total do Passivo	18.673
Imóveis de Uso - Reavaliação	660	660		
Outras Imobilizações de Uso	4.097	3.407		
(-) Depreciações Acumuladas	(2.118)	(1.685)		
Total do Ativo	18.673	18.915		

### Demonstração do Resultado do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2017 e Exercício de 2016

	2º Semestre		Exercício	
	2017	2017	2017	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira	237	562	470	470
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	237	562	470	470
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	237	562	470	470
Outras Despesas/Receitas Operacionais	9.645	19.188	15.092	15.092
Receitas de Prestação de Serviços	49.151	91.485	71.840	71.840
Despesas de Pessoal	(2.048)	(4.050)	(4.295)	(4.295)
Outras Despesas Administrativas	(32.995)	(59.567)	(44.830)	(44.830)
Despesas Tributárias	(4.715)	(9.096)	(7.229)	(7.229)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	252	416	(394)	(394)
Resultado Operacional	9.882	19.750	15.562	15.562
Resultado Não Operacional	(110)	(264)	(41)	(41)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações	9.772	19.486	15.521	15.521
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	(3.216)	(6.511)	(5.128)	(5.128)
Lucro Líquido do Período	6.556	12.975	10.393	10.393
Lucro por Lote de Mil Ações	2.724	5.390	4.318	4.318

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017

Eventos	R\$ Mil				
	Capital Realizado	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo Iniciais em 01 de Janeiro de 2016	2.407	324	481	3.426	4.801
1 - Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.393	10.393
2 - Destinações Propostas:					
Distribuição de Dividendos	0	0	0	(5.998)	(5.998)
Realização da Reserva	0	(26)	0	26	0
Ajuste na Provisão de Impostos s/Reserva de Reavaliação	0	6	0	0	6
Saldo Finais em 31 de Dezembro de 2016	2.407	304	481	7.847	11.039
1 - Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.975	12.975
2 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	(38)	(38)
3 - Destinações Propostas:					
Distribuição de Dividendos	0	0	0	(12.687)	(12.687)
Realização da Reserva	0	(26)	0	26	0
Ajuste na Provisão de Impostos s/Reserva de Reavaliação	0	6	0	0	6
Saldo Finais em 31 de Dezembro de 2017	2.407	284	481	8.123	11.295

### Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Findo em 31 de Dezembro (Método Indireto)

	R\$ Mil		
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2017	2017	2016
Lucro Antes do IR e CS	9.772	19.486	15.521
Ajustes por:			
Depreciação	232	433	366
Alienação do imobilizado	495	856	1.122
Ajuste nas Provisões do IRPJ e CSLL sobre a Reserva de Reavaliação	3	6	6
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(38)	0
Lucro Ajustado	10.502	20.743	17.015
IR e CS Correntes Pagos	(3.216)	(6.511)	(5.128)
(Aumento)/Diminuição dos Ativos			
Rendas a Receber	68	15	(7)
Devedores Diversos - País	(337)	(253)	(174)
Adiantamentos e Antecipações Salariais	(814)	(22)	(21)
Impostos a Recuperar	(24)	(24)	0
Depósitos para Garantias	0	(72)	0
Recursos Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial	245	568	(321)
Aumento/(Diminuição) dos Passivos			
Sociais e Estatutárias	0	0	(248)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(755)	(28)	134
Provisão para Pagamentos a Efetuar	209	28	(185)
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	141	9	504
Cretores Diversos - País	13	61	404
Provisão para Passivos Contingentes	88	0	0
Obrigações Recursos de Consorciados - Cobrança Judicial	(568)	(568)	321
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	5.552	13.946	12.294
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Outros Investimentos	(0)	(283)	(558)
Aquisições de Imobilizado	(1.231)	(1.374)	(2.114)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(1.231)	(1.657)	(2.672)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Distribuição de Dividendos	(5.931)	(12.687)	(5.998)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(5.931)	(12.687)	(5.998)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.610)	(398)	3.624
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	7.685	6.473	2.849
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	6.075	6.075	6.473

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da **Ademilar Administradora de Consórcios S.A.** Curitiba - PR

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Ademilar Administradora de Consórcios S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcios correspondentes ao semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ademilar Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para Opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação ao início dos grupos de consórcios em andamento.

### Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios em 31 de Dezembro de 2017 E 2016

Ativo	R\$ Mil	
	2017	2016
Ativo Circulante	624.819	521.308
Disponível	2.882	1.493
Depósitos Bancários	2.882	1.493
Depósitos Bancários	2.882	1.493
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	162.412	130.284
Outras	162.412	130.284
Aplicações Financeiras	162.412	130.284
Outros Créditos	459.525	389.531
Valores Específicos	459.525	389.531
Bens Retomados ou Devolvidos	4.476	3.575
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	455.049	385.956
Compensação	7.748.430	5.715.675
Consórcio	7.748.430	5.715.675
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	16.621	13.500
Contribuições Devidas ao Grupo	3.922.013	2.896.491
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	3.809.796	2.805.684
Total Geral do Ativo	8.373.249	6.236.983

### Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios em 31 de Dezembro de 2017 E 2016

Passivo	R\$ Mil	
	2017	2016
Passivo Circulante	624.819	521.308
Outras Obrigações	624.819	521.308
Obrigações Diversas	624.819	521.308
Obrigações com Consorciados	349.752	300.039
Valores a Repassar	13.752	10.807
Obrigações por Contemplações a Entregar	141.698	116.994
Recursos a Devolver a Consorciados	103.763	81.372
Recursos do Grupo	15.854	12.096
Compensação	7.748.430	5.715.675
Consórcio	7.748.430	5.715.675
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	16.621	13.500
Obrigações do Grupo por Contribuições	3.922.013	2.896.491
Bens ou Serviços a Contemplar - Valor	3.809.796	2.805.684
Total Geral do Passivo	8.373.249	6.236.983

### Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2017 e Exercício de 2016 e Valores Acumulados até 31 de Dezembro de 2017

	R\$ Mil			
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Valor
Disponibilidades no Início do Período	2017	2017	2016	Acumulado
Depósitos Bancários	140.123	131.777	108.591	
Aplicações Financeiras do Grupo	70	1.493	593	
Aplicações financeiras Vinculadas a Contemplações	8.385	13.241	12.991	
(+) Recursos Coletados	131.668	117.043	95.007	
(-) Recursos Coletados	193.986	374.134	310.732	1.645.617
Contribuições para Aquisição de Bens	136.603	265.408	221.298	1.169.943
Taxa de Administração	47.898	89.765	70.688	397.414
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.788	11.266	12.945	49.948
Multas e Juros Moratórios	457	825	550	2.432
Prêmios de Seguros	2.668	5.125	4.427	25.157
Custas Judiciais	243	299	287	723
Outros	1.329	1.446	537	0
(-) Recursos Utilizados	168.815	340.617	287.546	1.480.323
Aquisição de Bens	116.759	243.676	209.571	1.053.227
Taxa de Administração	48.566	90.312	70.962	397.171
Multas e Juros Moratórios	223	411	273	1.210
Prêmios de Seguros	2.603	5.037	4.379	24.678
Custas Judiciais	243	299	287	723
Devolução a Consorciados Desligados	401	834	1.994	3.186
Outros	20	48	80	128
Disponibilidades no Fim do Período	165.294	165.294	131.777	165.294
Depósitos Bancários	2.882	2.882	1.493	2.882
Aplicações Financeiras do Grupo	20.714	20.714	13.241	20.714
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	141.698	141.698	117.043	141.698

relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.  
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
Curitiba, 09 de fevereiro de 2018.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-PR Nº 6.472/O-1  
PAULO ROBERTO EYNG  
CONTADOR CRC-PR Nº 33.077/O-6

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2017 (Valores em R\$ Mil)

#### Nota 1. Informações Gerais

A companhia tem por objetivo explorar o ramo de administração de grupos de consórcios de bens imóveis residenciais, imóveis não residenciais, imóveis comerciais e outros, mediante a captação de poupança popular na sistemática de consórcio, nos termos da Lei nº 5.768, de 20/dez/71. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 09/fev/18.

#### Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras da Administradora e Consolidada dos Grupos de Consórcios

As demonstrações financeiras foram preparadas em observância às normas e instruções do BACEN - Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/76, com suas alterações. Em 28/dez/07 foi promulgada a Lei nº 11.638/07 e, em 27/mar/09, a Lei nº 11.941/09, introduzindo alterações na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social findo em 2008. Embora as referidas Leis já tenham entrado em vigor, somente algumas alterações que foram introduzidas. Sendo que as demais dependem de normalização por parte do Banco Central do Brasil para serem integralmente aplicadas pelas instituições por ele reguladas. A administração avalia semestralmente os possíveis impactos dessa nova orientação para, posteriormente, mensurar os seus efeitos, porém estima-se, que as alterações não ocasionarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da companhia. A escrituração contábil dos grupos de consórcios obedece às regras da Carta-Circular nº 3.147/04, com posteriores alterações trazidas pela Carta-Circular nº 3.192/05, do Banco Central do Brasil. Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna valor no período representa os valores coletados e utilizados movimentados no semestre, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados

desde o início dos grupos de consórcios em andamento.

#### Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos e Gestão de Riscos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.  
3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas. Com base em premissas, a companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.  
Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.  
3.2 Gestão de Riscos  
A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Essa gestão é realizada pela administração da companhia que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.